

## A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): PROGRAMAS E AÇÕES

Jusciane do Bom Parto Pinheiro Oliveira<sup>1</sup>

Thayna Raquel Santos Pinto<sup>2</sup>

Prof. Dr. Severino Vilar de Albuquerque<sup>3</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/FAPEMA, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O estudo tem por objetivo identificar os programas de formação continuada de professores desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), bem como conhecer a importância desses programas para a formação dos docentes. O PAR se constitui um instrumento de ação do Plano de Desenvolvimento da Educação, aprovado em 24 de abril de 2007, por meio do Decreto nº 6.094, cujo objetivo se expressa pela melhoria da qualidade da educação brasileira. A pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa, por se sustentar na leitura e análise de documentos oficiais do MEC, para melhor compreender o objeto de estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a política do PDE/PAR, focando nas ações voltadas à formação continuada dos professores. O estudo fez conhecer que são muitos os programas de formação continuada de professores desenvolvidos pelo MEC, que podem ser oferecidos no âmbito do PAR, assim como deixou claro a importância da elaboração desse planejamento educacional, para a materialização dessas ações nos estados, municípios e Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Formação continuada; Plano de Ações Articuladas; Qualidade da educação.

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tendo como órgão de fomento a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Em sua especificidade, o estudo busca identificar a importância dos programas de formação continuada de professores no âmbito do PAR para a melhoria da qualidade da educação pública municipal.

O sistema educacional brasileiro é marcado historicamente pela visão fragmentada da educação, em que os níveis e modalidades do ensino são vistos como um processo assinalado

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, juscyloliveira84@gmail.com;

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, thaynaraquel208.tr@gmail.com;

<sup>3</sup>Professor Orientador: Prof. Dr. da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, svalbuquerque@uol.com.br

pela descontinuidade, pela segregação das etapas. Tal visão partiu de princípios gerencialistas, criados na lógica da performatividade, sendo o processo de ensino e aprendizagem destinado somente para responder as necessidades exigidas pelo mercado de controle de qualidade (IVO e HYPOLITO, 2008). Buscando romper com essa concepção de ensino, em 24 de abril de 2007, foi apresentado pelo Ministro Fernando Haddad, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um plano executivo, constituído por um conjunto de programas e ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC), com vistas a melhoria da qualidade da educação básica brasileira.

O PDE é compreendido como um plano singular por enfrentar o problema da qualidade da educação e, simultaneamente trazer consigo instrumentos de ação para a efetivação do plano. Segundo Krawczyk (2008), o Plano de Desenvolvimento da Educação se apresenta como uma política de caráter nacional decorrente da iniciativa da União em assumir a responsabilização de trabalhar em prol do combate às desigualdades sociais e regionais, em busca da melhoria da qualidade da educação.

No contexto do PDE, o Plano de Ações Articuladas (PAR) se estabelece como um instrumento de ação, voltado para a elaboração do planejamento educacional dos estados, Distrito Federal e municípios. O PAR surge como ferramenta do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação, com base no Decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007, se constituindo como um dos instrumentos mais relevantes para se alcançar a melhoria da qualidade da educação, ao passo que promove de forma democrática a participação da sociedade.

O PAR apresenta um conjunto de ações e subações voltadas à formação continuada de professores. Segundo Albuquerque (2013, p. 183) “as ações de formação continuada se propõem, como objetivo final, a impulsionar mudanças efetivas à melhoria da educação básica, combatendo diretamente a deficiência de qualidade da escolarização.” Compreende-se que os professores têm uma posição privilegiada dentro da escola, onde todas as demais situações problemas perpassam por sua formação, portanto a formação de professores é um assunto transversal para resolver os diferentes problemas educacionais.

Entre os autores que dão suporte conceitual à compreensão e análise do fenômeno, encontram-se, Saviani (2007); Albuquerque (2012; 2013); Ferreira (2012); Krawczyk (2008). A pesquisa fez conhecer que a política do PDE/PAR a partir de sua concepção dialética da educação, se constitui num Plano que efetivamente pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação, no entanto é necessário que seja feita a elaboração do PAR, levando

com consideração as reais necessidades da escola, desde a infraestrutura à formação continuada dos professores, a partir da elaboração do PAR.

A pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa, apontada por Bogdan e Biklen (1994) como aquela que melhor oferece condições para analisar os fenômenos educacionais em suas múltiplas dimensões, não se prendendo a formulações numéricas e estatísticas. Embora a pesquisa se utilize de outras estratégias de investigação, para esse estudo utilizou-se análise documental da política do PDE/PAR e, de igual modo, apoiou-se em estudo bibliográfico por meio de artigos, revistas eletrônicas e livros, para melhor compreender o objeto de estudo.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa por se sustentar na leitura e análise de documentos oficiais PDE/PAR, da leitura de artigos, revistas eletrônicas e livros, para melhor compreender o objeto de estudo. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a abordagem qualitativa é aquela que objetiva investigar os fenômenos em toda sua complexibilidade. Esta abordagem permite apreender o fenômeno em suas múltiplas dimensões, pois analisa o movimento de atores sociais que planejam e executam as políticas educacionais que se materializam no âmbito escolar.

Para melhor compreender o objeto de estudo que se situa no campo educacional, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o PDE/PAR, focando nas ações voltadas para formação continuada dos professores. De acordo com Malheiros (2010), a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todas as áreas de pesquisa, pois é essencial que o pesquisador busque outros materiais sobre o tema, para melhor entender a temática, para evitar repetições e tomar algo já produzido como inédito.

## **UMA BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)**

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril de 2007, por meio do Decreto nº 6.094, constitui-se uma política governamental do século XXI, desenvolvida com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica brasileira, por meio de ações e programas desenvolvidos pelo MEC, por meio do regime de colaboração entre União, Distrito Federal, estados e municípios. O PDE é um plano executivo, apoiado por um

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

conjunto de programas criados para atender os quatro eixos norteadores dessa política: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização (BRASIL, 2007).

O Plano apresenta como princípios basilares de sua política, a visão sistêmica de educação, que implica garantir a todos uma educação íntegra, no sentido de [...] reconhecer as conexões entre educação básica, educação superior, educação tecnológica e profissional e alfabetização e, a partir dessas conexões potencializar as políticas de educação de forma a que se tornem reciprocamente (BRASIL, 2007). O regime de colaboração, segundo a política do PDE, pressupõe o compartilhamento de competências técnicas, políticas e financeiras da União em conjunto com os municípios, estados e Distrito Federal. O regime de colaboração é um princípio que advém da Constituição Federal de 1988, que deve garantir o direito dos cidadãos à educação com padrão mínimo de qualidade, por meio da assistência técnica e financeira dos entes federados (FARENZENA E LUCE, 2012). A União deve assegurar a equalização de oportunidades educacionais, por meio de apoio técnico e financeiro, de modo a garantir a qualidade da educação (BRASIL, 2007).

O PDE trouxe um conjunto de ações e programas, que visam atender desde a infraestrutura até a formação de professores, com objetivo de elevar a qualidade da educação básica investindo em todos os setores do âmbito escolar. Nesse sentido SAVIANI (2007), assegura que esse conjunto de ações, que se desenrolam em diversos programas, torna o Plano de Desenvolvimento da Educação um guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvidos pelo MEC.

A política do PDE apresenta como eixo norteador o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, sistematizado em 28 diretrizes voltadas ao processo de ensino-aprendizagem, avaliação educacional, formação inicial e continuada de professores, dentre outros fatores essenciais para garantir uma educação de qualidade. O compromisso visa ampliar um novo regime de colaboração, garantindo que as ações e programas do PDE sejam efetivadas nos estados, Distrito Federal e municípios. O Plano de Metas apresenta instrumentos novos que ampliam o regime de colaboração no âmbito educacional, com vistas a garantir a materialização dos programas desenvolvidos pelo MEC, nos estados, municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2007).

Para o cumprimento das 28 diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, o MEC se armou de um novo dispositivo, o Plano de Ações Articuladas (PAR), planejamento municipal que põe em prática as ações e programas desenvolvidos pela União, com base nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB serve de bússola para se pensar quais fatores devem ser mudados para se alcançar as metas,

não somente relacionado as questões quantitativas, mas a relação de chegar a qualidade de educação. O índice tem se constituído como um alerta para os dirigentes municipais pensarem acerca do planejamento de programas, projetos, atividades e ações necessárias para responder os objetivos do PDE (FEITOSA, 2007).

Entre as diretrizes que o PDE instituiu para serem implantadas em regime de colaboração com os entes federados, destaca-se a formação continuada de professores, que acolhe um conjunto de ações e programas desenvolvidos pelo MEC, sendo oferecidas pelo município com assistência técnica e financeira do MEC. É de suma importância destacar que a chegada dessas ações no âmbito municipal/estadual depende diretamente da elaboração do PAR.

### **PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): instrumento do PDE para garantir a qualidade da educação pública**

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é o instrumento estratégico do PDE, que põe em prática as diretrizes estabelecidas para a melhoria da qualidade da educação. O PAR é definido como um conjunto articulado de ações, que tem por objetivo implantar as diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, para a promoção da melhoria da qualidade da educação básica pública (BRASIL, 2007).

O PAR como dispositivo técnico e financeiro do MEC busca por meio da descentralização do ensino garantir os direitos dos cidadãos à educação, previsto na Compromisso Todos pela Educação, Albuquerque (2012, p.63) afirma que:

O PAR busca superar a desarticulação vigente entre os sistemas federal, estadual e municipal, mediante uma visão sistêmica que se propõe suplantar o enfoque anterior: a intenção do Ministério da Educação é integrar um conjunto de programas para dar organicidade ao sistema nacional de educação. Ao considerar os quatro eixos norteadores, educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização, concretiza-se a chamada “perspectiva sistêmica da educação”, isto é, o ensino fundamental relacionado ao ensino superior, o incentivo à pesquisa influenciando no ensino médio, o transporte escolar articulado com a remuneração dos professores, entre outros fatores.

O PAR enquanto importante instrumento de planejamento educacional no âmbito municipal visa garantir a articulação entre os níveis e modalidades do ensino, indo de encontro com a política do PDE, ao buscar acabar com a descontinuidade das ações previstas nas políticas públicas. Dessa forma, por meio do PAR são oferecidos programas direcionados a todas as dimensões do sistema educacional. Para a elaboração do Plano de Ações

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

Articuladas é realizado duas ações: a primeira consiste na realização do diagnóstico da situação local e a segunda na elaboração do PAR propriamente dito.

A primeira parte consiste na realização do diagnóstico da situação local, o que implica uma espécie de “raio X” do atendimento educacional no âmbito municipal. Segundo Albuquerque (2012, p. 64) “o PAR pode induzir a uma reflexão sobre os desafios a serem enfrentados, na especificidade de cada município e de cada escola e, desse modo, contribuir para a mudança no planejamento educacional em nível local e global.” O instrumento para a elaboração do diagnóstico se sustenta em quatro dimensões educacionais, que se constituem de áreas, indicadores, ações e subações, que buscam atingir o aspecto qualitativo da educação, entre as quais uma destinada à formação continuada de professores, que possui um conjunto de ações e subações destinadas aos municípios.

A estrutura para a realização do diagnóstico compreende quatro dimensões, entre as quais destacam-se: a dimensão 1. Gestão educacional, possui 5 áreas, 28 indicadores e 115 subações, a dimensão 2. Formação de professores e de profissionais de apoio e serviço escolar, contempla 5 áreas, 17 indicadores e 65 subações, a dimensão 3 Práticas pedagógicas e Avaliação, possui 3 áreas, 15 indicadores e 49 subações e a dimensão 4, Infraestrutura e recursos pedagógicos, apresenta 4 áreas, 22 indicadores e 113 subações. Essas dimensões do PAR contemplam todos os fatores considerados necessários para a melhoria da educação básica no âmbito municipal.

O diagnóstico tem por objetivo analisar as condições educacionais específicas do município com a participação do Dirigente Municipal de Educação; técnicos da secretaria municipal de educação; representante dos diretores de escola; representante dos coordenadores ou supervisores escolares; representante dos conselhos escolares; representante do Conselho Municipal de Educação, pais e todos os envolvidos no processo educacional. Essa etapa é primordial para se selecionar as ações mais condizentes com as necessidades reais de cada município, ao passo que para a chegada dessas ações do PDE/PAR nos municípios e estados, é necessário que se faça a elaboração do PAR com a participação de todos os interessados na melhoria da qualidade da educação. O diagnóstico proposto é de caráter participativo, e tem por objetivo realizar uma análise compartilhada da situação educacional da rede municipal. A etapa de coleta de informações deve ser realizada em conjunto pela equipe técnica local (BRASIL, 2011).

Segundo Ferreira (2012), o PAR se apresenta como uma proposta democrática, porque pressupõe a participação de gestores, educadores e comunidade escolar na tomada de

decisões necessárias para a melhoria da qualidade da educação, tendo em vista que somente quem estar inserido em determinado contexto conhece as reais necessidades do local.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma análise da dimensão 2 do PAR, que encontra-se voltada à Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, notou-se que essa dimensão é composta por 17 indicadores, que se encontram subdivididos em 5 áreas e 65 subações. Sendo 47 subações de responsabilidade dos municípios, 17 de responsabilidade da União por meio da assistência técnica do MEC e 1 subação de responsabilidade do MEC, por meio de assistência financeira. A melhoria da educação básica depende da formação de seus professores, o que depende inteiramente das oportunidades oferecidas aos docentes (BRASIL, 2007).

Na análise acurada do objeto de estudo, a pesquisa conheceu que o MEC desenvolveu um conjunto de programas voltados à formação continuada de professores, que são oferecidos no âmbito do PAR, totalizando 17 programas. Alguns dos programas apresentados foram criados antes da aprovação da política do PDE, porém a partir sua aprovação no ano de 2007, esses programas passaram a ser oferecidos por meio do PAR.

Em relação aos programas de formação continuada oferecidos pelo PAR, para professores que atuam na Educação Básica, destacam-se: Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR); Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado); Pró- letramento; Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar I/II); Rede Nacional de Formação Continuada de Professores; Universidade Aberta do Brasil (UAB); Rede UAB de Educação para a Diversidade; Programa de Formação Continuada Mídias na Educação; Política de Formação Continuada de Educação de Jovens e Adultos. A formação inicial não é suficiente para promover o desenvolvimento do professor, é necessário se pensar um a formação continuada que possibilite a ligação direta entre a teoria e a prática, para a construção e reconstrução do conhecimento (ALBUQUERQUE, 2013).

A formação inicial e continuada de professores assumiu uma posição de destaque na política do PDE. Os Programas de formação continuada no âmbito do PAR se propõem com o objetivo maior de propiciar uma melhoria significativa na Educação Básica combatendo diretamente os déficits encontrados no chão da escola (ALBUQUERQUE, 2013). Os

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

programas desenvolvidos pelo MEC visam atingir os mais variados tipos de objetivos, com o intuito de melhorar a Educação Básica, visando complementar a formação inicial dos professores para atender as mudanças da sociedade.

No que se refere aos programas de formação continuada voltados ao atendimento educacional especializado, as escolas do campo, as comunidades quilombolas ou indígenas, foram identificados os seguintes programas: o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial; Programa de Apoio à Formação Superior a Licenciatura Interculturais (PROLIND) – Educação Indígena; Programa de Formação Continuada na Educação Quilombola; Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Formação do Campo (Procampo). Esses programas têm por objetivo, garantir a inclusão de cursos para a atuação nas escolas do campo e comunidades quilombolas e indígenas, além de oferecer cursos para os professores que atuam no atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais.

Para o cumprimento da Lei 9.795/99 nas escolas, que dispõe sobre a educação ambiental e determina que ela deva estar de forma articulada em todos os níveis e modalidades do ensino, por meio do uso do material disponibilizado às escolas pelo MEC em seu portal, encontramos o programa de Formação Continuada de Professores e Gestores em Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos. Em relação aos programas voltados para o cumprimento da Lei 10.639/03 nas redes públicas, que inclui no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade temática "História e Cultura Afro-brasileira"), destacam-se os seguintes programas: Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro); Formação Continuada de Professores em Educação Quilombola e para as Relações Étnico-Raciais.

Ibernón (2010) afirma que a Formação Continuada de Professores nos últimos anos passou a ser considerada como um dos fatores essenciais para a melhoria da qualidade da educação, tendo em vista que a formação dos professores é uma prática social, a mesma recebe diretamente influências do contexto interno, a escola, assim como do contexto externo, a sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise da política do PDE, percebe-se a importância desse plano para a educação brasileira, tendo em conta que visa atender a todos os níveis e modalidades do ensino, por meio de ações e programas que visam à melhoria da qualidade da educação.

É perceptível que são muitos os programas desenvolvidos pelo MEC voltados à formação continuada de professores no âmbito do PAR, os programas de formação continuada de professores oferecidos pelo MEC, refletem a política do PDE/PAR, ao trazer desde a educação infantil até educação superior, programas e ações que visam a formação dos professores, além de oportunizar a participação da comunidade escolar na construção do diagnóstico do atendimento da educação pública.

Tendo em vista que o objetivo principal da política do PDE é a melhoria da qualidade da educação, é imprescindível se pensar na importância da formação continuada de professores, tendo em vista o protagonismo conferido a esses profissionais no âmbito das políticas públicas educacionais que se expressam pela melhoria da qualidade da educação. Partindo da visão sistêmica de educação, a formação continuada de professores, a partir da política do PDE permite que os professores tenham uma participação mais ativa, na tomada de decisões referentes ao seu processo formativo. Todavia, e não obstante, não se pode prescindir da valorização desses profissionais, conferindo-lhes condições de trabalho favoráveis e garantindo, também, remuneração condizente com o trabalho que realizam.

Dito assim, qualquer política voltada para a melhoria da qualidade da educação precisa, de antemão, levar em conta a valorização dos professores. O primeiro passo nessa direção é uma formação continuada que atenda às suas reais necessidades e que considere suas experiências profissionais e de vida.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **Formação continuada de professores no Estado do Maranhão: do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ao Plano de Ações Articuladas (PAR)**. 497. Tese-Doutorado em Educação– Universidade de Brasília, 2013.

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de; FONSECA, Marília. **O PAR como indutor do planejamento da educação municipal**. In: Revista Série-Estudos- Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande - MS, n 34, p. 1-308, jul. /dez. 2012.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. **Formação Continuada para professores**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas?id=18838>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e Programas.** Brasília: (Caderno de divulgação das razões, princípios e programas do PDE), 2007.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Plano de Ações Articuladas – PAR 2011 – 2014: Guia Prático de Ações para Municípios.** Brasília/DF, novembro/2011.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Programas do MEC voltados à formação de professores.** Disponível: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15944>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **A utilização dos indicadores na gestão municipal.** São Paulo: Ação Educativa, 2007.

FERREIRA, Eliza Bartolazzi. **Planejamento educacional e tecnocracia nas políticas educacionais contemporâneas.** In: Revista Série-Estudos- Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande - MS, n 34, p. 1-308, jul. /dez. 2012.

IBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores.** Tradução: Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artemed, 2010.

IVO, Andressa Aita e HYPOLITO, Álvaro Moreira. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: uma análise no contexto escolar.** Rio Grande do Sul, 2008.

KRAWCZYK, Nora Rut. **O PDE: novo modo de regulação estatal?** Caderno de Pesquisa, v, 38, n. 135, p. 797-815, set/dez. 2008.

LUCE, Maria; FAREZENA, Nalú. **O regime de colaboração intergovernamental: o Plano de Desenvolvimento da Educação,** São Paulo, v.4, p. 09-13, 2007.

MALHEIROS, Márcia. **O processo de pesquisa na graduação.** Trabalho de conclusão de curso: normas e padrões, Campo Grande, 2010.

SAVIANI, Demerval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: uma análise do projeto do MEC.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007.